

Guizot e a Educação

Jussemar Weiss¹

Resumo

Este artigo discute a contribuição de Guizot para a elaboração de uma noção de educação pública. Através da análise dos conceitos que Guizot apresenta em sua obra se pode apreender um conjunto coerente de elementos.

Palavras-chave: razão, democracia, educação, escola, disciplina, saber soberania, história, conteúdo, povo, instrução, República.

Resume

Cet article discute la contribution de Guizot pour l'élaboration d'une notion de l'éducation publique. À travers de l'analyse des conceptions que Guizot presente dans son oeuvre, on peut dégager un ensemble cohérent d'éléments.

Mots-Clé: raison, éducation publique, savoir, démocratie, histoire, école, souveranité, people, instruction, méthode d'enseignement, République.

¹Doutor em Educação- UFRGS, tendo realizado estágio de pesquisa na Univerdade Paris 8 , no Departamento de Ciências da Educação, S. Denis, França, 1999 – 2000. Professor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. E-Mail jweiss@plug-in.com.br

Para Rosanvallon existe na França um culto à escola. De Rousseau a Gambetta, de Ginguéné a Jules Ferry, não existe um político, ou mesmo um filósofo, que não tenha celebrado as virtudes políticas e sociais da educação. Tudo se passa como se uma mesma comunhão nos benefícios das luzes tenha tecido uma unidade contínua em nossa cultura política desde a metade do século XVIII, para além das diferenças sociológicas ou filosóficas.² O século XIX se tornou conhecido como o "século da educação" e Guizot e os liberais não esqueceram a vinculação existente entre educar e governar, tarefas vistas como inseparáveis, ao se inscreverem no interior de um movimento ao qual o tema do governo dos espíritos se liga diretamente.

Durante a monarquia de julho a obra dos doutrinários antecipa, no domínio da educação, aquela da Terceira República. Deve-se ao período de Guizot no ministério da educação a implantação da instrução primária (lei de 1833), a efetivação de um sistema de salas para as crianças menores de seis anos (uma espécie de escola maternal), a reorganização da escola normal e a estruturação de um sistema de instrução pública. Apesar de esquecida, sua obra não é menos importante que aquela de Jules Ferry, no entanto, é preciso realçar e mesmo desconfiar de uma visão globalizante e sintetizada na expressão "ideologia educativa francesa".

Rosanvallon afirma que:

"Sobre uma aparência de continuidade e consenso se articulam diferenças fundamentais, e uma interpretação rápida pode esconder a especificidade da cultura política doutrinária no espaço liberal na primeira metade do século XIX..³

Guizot não era apenas um político, era também um historiador e preocupado com a situação da educação para o povo. Casado com Pauline de Meulan, que participa com ele na elaboração dos Anais de Educação de 1812 a 1813⁴ e que escreve *Les Enfants*, em 1812; *L'Écolier*, em 1821; *L'Éducation Domestique*, em 1826. Desses textos se descola uma visão de infância e de educação que deve, sem dúvida, influenciar Guizot na elaboração de seu pensamento pedagógico.⁵ A criança é capaz de inteligência, de vontade, de consciência moral: o recém nascido é um ser humano. As noções são presentes na obra pedagógica de Guizot, combinadas a uma visão de administrador e político. Como sua mulher, ele concebe a criança como um indivíduo, que enquanto tal merece uma

² ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris, Gallimard, 1985, p. 240.

³ _____, *Op. Cit.* p. 242.

⁴ Os Anais de Educação foram publicados mensalmente de 1811 a 1814, e os artigos mais importantes de Guizot se encontram reunidos no volume: *Méditation et études morales*. Apud ROSANVALLON.

⁵ REBOUL-SCHERRER, Fabienne. *Les Premiers Instituteurs 1833-1882*. Paris, Hachette, 1989, p. 61.

atenção personalizada, uma educação ativa.⁶ Ele insiste sobre uma educação que leve à frente um projeto de uniformização, sob a responsabilidade do Estado, que vigia os conteúdos e os valores ensinados, em um tempo onde as instabilidades ideológicas e sociais ameaçam a unidade política. A partir de 1814 Guizot é associado aos esforços da primeira restauração para reformar o projeto napoleônico de educação. Guizot escreve o *Rapport sur l'état du Royaume* onde analisa o modelo que Napoleão implantou. Durante a segunda restauração ele faz um outro *rapport* com ajuda de Cuvier que intitula: *Essai sur l'histoire et l'état atuel de l'instruction publique en France*, onde ele defende a necessidade de uma escola que atingisse a todos os homens das diferentes classes, como forma de garantir a estrutura social. Ministro do Interior em 1830, após a revolução de julho ele faz uma curta passagem pela oposição e se torna Ministro da Instrução Pública, em 1832. Começa, então, o grande trabalho de organizar o ministério e de reunir as escolas e os "instituteurs" espalhados pelas cidades da França para os transformar em um corpo de profissionais eficazes e respeitados.

Com uma visão política particular, na qual a participação no espaço público é mediada, não pela igualdade dos cidadãos, mas pela visão de uma soberania da razão, que resulta em uma arquitetura eleitoral sustentada por um princípio de capacidade, ou seja, o sufrágio restrito às elites instruídas, Guizot procura, enquanto ministro, responder à questão que circulava entre todos os interessados pelo debate sobre educação, tanto de forma política ou mesmo intelectual. Qual é ou qual deveria ser a educação para o povo. Este tema perpassa os debates políticos durante o período que vai da Revolução à instauração definitiva da república no último quartel do século XIX. Que educação dar ao povo e que "instituteurs"⁷ a realizariam? Confrontados a uma instabilidade política que lhes parece sem precedentes, a uma descristianização, há ameaça de sobressaltos sociais. Guizot assume o ministério para elaborar, pela primeira vez na França moderna, uma política coerente que realmente interferisse no cotidiano educacional deste período.⁸ Isto se dá, pois se realiza um processo de hegemonização política do grupo de liberais doutrinários durante a monarquia parlamentar de Louis-Philippe." Em nosso estado de civilização, a instrução do povo é uma necessidade

⁶ _____ . *Op. Cit.* p. 61.

⁷ *Instituteurs*. Esta palavra foi oficialmente proposta por Condorcet. "Les maîtres de escola se chamarão *instituteurs*" artigo 2 de seu plano apresentado à Assembléia legislativa em 20 e 21 de abril de 1792. Preferi não traduzir, pois me parece que esta palavra encerra semanticamente uma definição mais exata do papel que se exigia do mestre escola na França do XIX. Mais do que um simples decodificador de conteúdos o "instituteur" se colocava também como um mediador do ponto de vista da cultura e da civilização na sua relação com os alunos. Tinham como missão instituir a nação, a república. Sobre esta definição ver também Lelièvre, Claude. *L'École À Française en Danger?*, Paris, Nathan, 1996, p. 28.

⁸ NIQUE, Christian. *L'impossible gouvernement des esprits*. Paris, Nathan, 1991.

absoluta, uma vez que é indispensável e inevitável,"⁹ constata Guizot que não alimenta nenhuma esperança sobre os obstáculos que existem para a elaboração de uma doutrina simples e coerente de instrução pública, dificuldades menos ligadas a considerações estritamente pedagógicas ou escolares, que aos conflitos fundamentais que marcam a sociedade francesa deste período, onde as convicções anteriores foram destruídas sem que ainda nada tenha sido edificado para suportar as novas relações sociais e políticas do século XIX. A concepção de um ensino primário se ressentia de uma falta de objetivos, em um mundo onde o ensino voltado para o trabalho ligado às corporações, estava desarticulado, os sistemas de transmissão cultural do antigo regime destruídos, e a sociedade dos indivíduos, em plena formação, a partir, de um lado, das transformações na produção e, de outro, da constituição de um espaço público sustentado por uma prática política apoiada na radical demarcação entre o mundo público e o privado.

Rompido, como foi pela Revolução, o secular círculo da subordinação pessoal, se descortinava um horizonte no qual se fazia necessário pensar a educação como um dos lugares fundamentais de um novo processo civilizador. Fundamental no sentido de ser a partir da educação que se buscou concretizar os ideais dessa nova cultura política na sociedade burguesa.¹⁰

Instruir os franceses era instruir o cidadão? Dar-lhes os meios de uma eventual ascensão? Ou era, ao contrário, um tipo de formação moral que lhes permitiria se satisfazerem com a sua situação, sem reagir? É esta a luta que perpassa o período acima citado. Contrapor-se à instabilidade pela estagnação como segurança, ou construir um consenso a partir da sociedade para elaborar uma educação pública e democrática. Guizot opta pelo primeiro modelo, que visa constituir uma escola pública republicana, mas não democrática.¹¹ É preciso, certamente, assegurar o aprendizado de saberes elementares, ler, escrever e contar, que se percebia de uma forma confusa, como de interesse econômico, mas o fundamento não era este, era, na verdade, de instituir uma educação que pudesse ser um instrumento na regulação das emoções, das paixões sociais, contribuindo, assim, para a formação de um governo dos espíritos,¹² como denominava Guizot, sendo isto a natureza do trabalho dos "*instituteurs*" nas escolas.

⁹ GUIZOT, François Pierre Guillaume. *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*. Paris, Michel Lévy frères, 1860, T. III, p. 86.

¹⁰ ELIAS, Norberto. *Conocimiento y Poder*. Madrid, La Piqueta, s.d.

¹¹ BILLARD, Jacques. *De l'École à la République: Guizot et Victor Cousin*. Paris, PUF, 1998.

¹² Guizot estava convicto que o problema moderno era o governo dos espíritos, ou seja dirigir a opinião, evitar a confusão intelectual do povo. É por isto que ele vai em seu período no ministério investir na formação dos *instituteurs*. Guizot, F. *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*. Paris, Michel-Lévy, 1858-1867, Tome 3, p. 14. Ver também sobre este assunto o livro de Nique, C. *L'impossible gouvernement des esprits*. Paris, Nathan, 1991.

A situação na França não era menos dividida em classes do que em características locais, religiosas e lingüísticas. A própria concepção de Guizot da soberania, como soberania abstrata da razão, expressa através de uma cidadania capacitária, produz também uma divisão no frágil sistema político francês. Neste sistema podem votar apenas aqueles homens que têm tempo para se dedicarem à cultura, à inteligência e ao interesse coletivo,¹³ e o resto da população se enquadra na categoria de cidadãos passivos. Nessas condições, o "instituteur" não exerce nenhuma influência política, será necessário o sufrágio universal (1848) para a situação mudar.¹⁴ Em uma sociedade dividida entre cidadãos ativos e passivos era necessário construir uma ponte que permitisse uma conciliação nacional. A realidade política é mais complicada que a simples divisão entre cidadãos ativos e passivos. Os cidadãos passivos são cultivadores, trabalhadores, mineiros, mas também compreendia a pequena e a média burguesia, comerciantes, e gente sem fortuna familiar, com maneiras de viver diferentes. Esta população, principalmente nas camadas médias, tinha aspirações e ambições de ascensão social, e de uma boa educação para os seus filhos, vista como um signo, ou como meio de ascensão. A vulnerabilidade do sistema político ordenado por Guizot mostra a importância da educação na consolidação de uma estrutura hierárquica, na qual cada um sabe o seu lugar.

O ministro, buscando adaptar os diferentes graus de ensino a públicos diferentes, cria um sistema educacional no qual o povo, os trabalhadores em geral, mineiros, cultivadores, operários e pequenos comerciantes, que não têm direito ao voto, ficam confinados a uma escola primária elementar ou popular,¹⁵ já que não terão acesso à escola primária superior. O ensino primário superior, que não tem nenhuma ponte como o primário elementar, se dedica a um ensino que não é nem profissional, nem técnico, ela visa alargar os conhecimentos do primário elementar, e seus "instituteurs" tem o *brevet* superior. A imensa maioria das crianças escolarizadas neste período concentraram-se no elementar, apenas uma

¹³ PASQUINO, Pasquale. La Théorie constitutionnelle de la monarchie de Juillet. In: Actes du Colloque François Guizot et la culture politique de son temps. Paris, L'École des Hautes études en sciences sociales. 1992.

¹⁴ A partir da aprovação do sufrágio universal, e mais especificamente com o crescimento de educação popular que pressiona pela construção de uma educação democrática com a terceira República, é que se notará a intensa participação política dos "Instituteurs", como atesta o livro de Jacques e Mona Ozouf: La République des Instituteurs. Paris, Gallimard, 1992. Neste livro os autores, a partir de entrevistas realizadas na década de sessenta com professores ainda vivos do início do século XX, comprovam essa militância dos *instituteurs* na defesa da república, p. 109 em diante. Neste momento, a educação estava no centro de um processo de formação de uma socialização política do cidadão. Esta obra, pode-se dizer, é a continuação de uma outra produzida em 1973 por Jacques Ozouf: Nous les maîtres d'école. Auto biographie d'instituteurs de la Belle Époque. Paris, Gallimard-Julliard, 1973.

¹⁵ No período de 1833 à 1840, o Estado assume a instrução primária popular e a faz desenvolver rapidamente. No período acima citado as escolas passam de quarenta e dois mil para cinqüenta e cinco mil, e o número de comunas sem escola se reduz de quatorze mil para quatro mil.

pequena parte freqüentará o superior. O ensino primário superior nunca foi suficientemente estendido para acolher uma população de crianças significativa.

"O ministro não prometeu uma escola primária como meio para os homens escaparem de seu destino. Ele perseguia dois objetivos: permitir melhorar seu modo de vida, sua inteligência e seu nível moral, sem, no entanto, escapar do lugar que seus pais ocupavam na hierarquia, e, mais a se contentarem com as condições de vida que levavam".¹⁶

A lei de 1833 precisa as atribuições de cada um dos ensinos primários: o elementar compreende o ensino da moral e da religião, a leitura, a escrita, os elementos da língua francesa e do cálculo e o sistema legal de pesos e medidas. O primário superior abarca o ensino da geometria, e de suas aplicações usuais, noções de ciências físicas e de história e de geografia, sobretudo de história e geografia da França (Lei Guizot, artigo 1, de 28 de junho de 1833). Esta lei seria completada por outra que dispunha sobre a função e a qualificação dos "instituteurs". A escola, para Guizot, se ordenava ao redor de quatro princípios: a escola é um lugar de estudos; ela visa construir espíritos vigorosos, antes que espíritos sábios; a disciplina é a condição principal para a realização dos objetivos e na escola se apreendem os modelos eternos do bem e do belo.¹⁷ Para esta escola, os "instituteurs" eram antes sacerdotes laicos, já que se contentavam com pouco, não tinham o orgulho de um falso sábio, eram homens excepcionais, vindos do meio camponês. As escolas deveriam se adaptar a um estilo rústico, suprimindo todo o luxo e o supérfluo intelectual. Era preciso combinar o rigor de uma organização educacional e cultivar a elevação moral dos alunos. Guizot, com a lei de 1833, faz da educação realmente um serviço do Estado, já que procurou liberar este sistema de toda influência particular ou privada. É por isto que ele rompe com a *Société élémentaire*, da qual foi membro, e que desenvolvia um trabalho mutual na educação. Ele marginaliza o método mutual de ensino por considerar menos adequado que o método simultâneo, dos irmãos das congregações, a realidade das escolas rurais. Na realidade, o método mutual estava muito ligado ao anticlericalismo e à Revolução.¹⁸

Parece-me que ficam claras as diferenças que Rosanvallon ressaltava, os liberais doutrinários, grupo ao qual pertence Guizot, partindo de uma visão política particular, elaboraram uma filosofia e uma prática

¹⁶ REBOUL-SCHERRER, Fabienne. *Les Premiers Instituteurs : 1833-1882*. Paris, Hachette, 1989, p. 66.

¹⁷ BILLARD, Jacques. *De l'école à la République: Guizot et Victor Cousin*. Paris, PUF, 1998, p. 100.

¹⁸ JACQUET-FRANCILLON, François. *Naissance de L' École du Peuple : 1815 - 1870*. Paris, Les éditions de L' Atelier, 1995, p. 70.

educacional que rompe com os princípios educacionais republicanos que, a partir de Condorcet, se afirmavam. O princípio da universalidade, que se torna uma palavra de ordem no pensamento pedagógico, a partir de uma compreensão da necessidade da extensão das luzes, fórmula utilizada por Condorcet em seu "*Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*", se vincula a uma difusão generalizada dos conhecimentos e da cultura na sociedade, como condição do progresso, da felicidade e da liberdade. Este princípio indicava o caminho para uma convergência entre o real e o racional, de acesso da humanidade a uma idade da razão, na qual o ideal democrático pode ser configurado. Embora partilhando desse ideal, os doutrinários viam sua concretização de uma forma que significava, na verdade, um divórcio do sentido republicano implícito no projeto de universalidade da educação pública. Criticando a visão de público instaurada a partir da Revolução Francesa, Guizot nega a possibilidade mesma da existência de um espaço público politizado, pois retoma uma construção hierárquica e vertical da sociedade, partindo de um projeto intelectual que adquire sentido observando as necessidades de cada categoria social. Guizot se expressa assim:

"Quando é preciso governar, civilizar, instruir então a condição social, o grau de civilização, de lazer, de luzes, são fatos imperiosos que é preciso levar em conta, e a mesma enciclopédia não serve a todas as classes de cidadãos."¹⁹

Não havia nenhuma pretensão universalista, mas construir, tendo como base um sistema de necessidades específicas de cada classe, uma expansão das Luzes. A hierarquia entre o primário, o secundário, a instrução especial e a superior, não corresponde apenas a uma distribuição de níveis de saberes, mas tem uma função sociológica, que consiste em estabelecer uma relação direta entre a instrução e as necessidades de cada classe. Esta perspectiva de gestão diferenciada do sistema de necessidades se encontra naturalmente no domínio da educação. A lei de 1833 distingue com muito cuidado a instrução primária elementar da instrução primária superior. A primeira é definida como necessária para todos, nas campanhas, as mais retiradas e para os de condição social humilde, enquanto que a segunda é destinada às populações trabalhadoras, que nas cidades estão em contato com as necessidades e os gostos de uma civilização mais complicada, mais rica e mais exigente. Em um célebre discurso, Victor Cousin diz, claramente: "A instrução primária é feita para todos, a instrução secundária para um pequeno número. Este pequeno número é uma aristocracia legítima

¹⁹ Artigo "*Encyclopédie*" 1826, reproduzido em *Discours académiques*, p. 326.

que renova sem cessar a sociedade moderna."²⁰ Guizot, Victor Cousin, Paul Loran, entre outros, criticam a universalidade, porque a vêem como uniformidade. Para eles, a verdadeira universalidade não reside no fato de dar a todos os homens uma educação idêntica, de maneira geral e global, mas o Estado que tem a tarefa de gerir centralizadamente as situações sociais diversificadas que se exprimem em um sistema de complexo de necessidades. A noção de universalidade, em Guizot, se define como um princípio de ordem na diversidade, no entanto, não tem nada de democrático no sentido republicano, expresso em Condorcet quando diz: "A instrução bem dirigida corrige as desigualdades das faculdades."²¹ Para este autor, o futuro da espécie humana evoluiria em três direções: destruição das desigualdades entre as nações; progresso da igualdade no interior de um mesmo povo e aperfeiçoamento do homem. No entanto, para os doutrinários, a educação não é meio para o desenvolvimento da igualdade entre os homens. Ela tem por alvo tornar coerente uma sociedade que repousa sobre as desigualdades de faculdades. Ela tem por objetivo prevenir o perigo democrático definido como confusão social.

Partindo de uma visão, na verdade, hierárquica da universalidade, os liberais rompem também com os outros princípios que caracterizariam a visão republicana da educação. O princípio da positividade, que considera que a educação traz, obrigatoriamente, frutos positivos para a sociedade e para o indivíduo; princípio da perfectibilidade, que perpassa toda a filosofia da educação ocidental, é negado, já que para estes liberais, embora acreditassem no indivíduo como motor e meio do progresso social, apenas um grupo, via educação, participaria de um processo de melhoria. O princípio de maleabilidade que é, na verdade, a radicalização do precedente, fica prejudicado, pois a mudança do homem é condicionada a um sistema de necessidades sociais. Mudar o homem a fim de que o espírito humano se transforme e a sociedade pudesse ela mesma ser transformada, é uma utopia que não estava inscrita na ideologia desses liberais, que buscam, via processo educativo, retirar toda capacidade de conflito que possa haver na democracia. O Estado assume a educação pública, mas o faz não como manda a figura republicana oriunda da Revolução Francesa, mas para governar os espíritos, subjugar-los, e não para esclarecê-los. A educação é um meio de governar e não um meio de emancipação. "Trata-se de fazer os homens que o Estado tem necessidade."²² A teoria das elites e das capacidades dos doutrinários acaba por ser uma celebração e apologia da

²⁰ Discurso pronunciado em 21 de abril de 1844, em *Défense de l'Université et de la philosophie*, p. 55.

²¹ CONDORCET, *Esquisse d'un tableau des progrès de l'esprit humain*. Paris, Gallimard, 1992, p. 216.

²² GUIZOT, F. *Essai sur l'histoire et sur l'état actuel de l'instruction publique en France*. p 8-9.

ordem existente, o que era para ser um governo dos espíritos se torna, na prática, uma política da ordem.²³

No período de 1836 a 1840, o Estado deverá fazer frente a um novo problema. Ele desejou criar uma escola que estivesse a serviço da ordem social. Para isto seria necessário criar um corpo de funcionários públicos, os "instituteurs". Depois de alguns anos de experiência, a ordem social continua sendo ameaçada, apesar do desenvolvimento do ensino primário, e se acusa os "instituteurs" de falta de moral, principalmente aqueles egressos das escolas normais, criadas por Guizot para a formação dos "instituteurs". Acusava-se os "instituteurs", como diz um inspetor primário: "O fruto dessa educação viciada que criou *instituteurs* mal preparados, sempre descontentes com sua posição, sem vocação, para os quais o ensino é um meio e não uma carreira."²⁴ Deputados, imprensa, o governo, enfim, todos estavam preocupados com o caminho que tomou a criação de um corpo de funcionários criados para servir ao Estado e a ordem, a partir da educação, e que estavam saindo do controle em função de suas opções republicanas. Estado e Igreja se unem na tentativa de moralizar os "instituteurs" para que eles possam moralizar o povo. O Estado abandona seu anticlericalismo diante do que se considerava como perigo maior, a escola se opor ao Estado. Após a criação de uma instituição educacional conservadora, o Estado, incapaz de imaginar as evoluções sociais, quer evitar que o instrumento que ele criou mude de sentido, de objetivo.²⁵

O que se estabelece, a partir de então, é uma guerra no seio da escola, buscando se opor ao Estado. De um instrumento do Estado ela se torna capaz de se opor a ele. Começa, então, um novo período da história das relações entre Estado e educação. Apesar de fundar um estilo moderno quanto à administração do sistema educacional, os conservadores implementaram concretamente uma estrutura que ficava a meio caminho entre a tradição de subordinação, que caracteriza o mundo ligado ao sistema feudal, e as expectativas da modernidade de romper todas as amarras que prendem os sujeitos ao passado. A proposta educacional que se constituiu a partir de Guizot ministro, buscou, claramente, evitar a construção da igualdade política à medida que entendia o processo pedagógico como totalmente neutro: a escola deveria ser preservada de tudo aquilo que lhe é exterior, já que o saber era visto como uma produção submetida a uma ordem e descolada de todo interesse objetivo. Em uma sociedade dividida como era a francesa, entre os que podiam ascender ao espaço político e os que não podiam, em função de suas condições sociais e culturais, também a

²³ ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris, Gallimard, 1985, p. 248.

²⁴ Carta de um inspetor primário ao ministro Guizot. *Apud* Rosanvallon.

²⁵ NIQUE, Christian. *Comment L'École devint une affaire d'Etat*. Paris, Nathan, 1990, p. 238.

educação, embora pública, todos tinham acesso e “ordenada e financiada pelo Estado”, era profundamente marcada por esta divisão, já que ela não era pensada como universal, mas como uma mesma escola para todos. A educação, mais do que ser uma propagadora de um projeto de inclusão, se estabelecia, neste universo, como cimento em uma estrutura hierárquica e excludente. Um sistema de ensino para todos, mas que separava e limitava as classes populares a um primário elementar.

O projeto de um sistema público de educação, como propunham os doutrinários, não permite a produção da hegemonia em uma sociedade livre, ou seja, sem um sistema de subordinação ligado à tradição, já que não se constitui uma rede de auxiliares do regime, como é caso dos “*instituteurs*” no período posterior à terceira República. Dessa forma, com uma postura totalmente excludente, a partir de uma teoria política que dividia os cidadãos entre ativos e passivos, os liberais doutrinários se tornam, na prática, conservadores que constró em um sistema educacional voltado à reprodução da diferença. Um sistema público, mas marcado por uma prática política que separava direitos políticos de direitos civis (negando a unidade dos dois) e rompia com a proposta universalizante das Luzes, que tinha um conteúdo democratizante.